

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇAS - 2011

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR (32) - Bancada do PSDB e representações partidárias do DEM, PPS, PHS, PRTB, PR, PRP, PTC, PTdoB e PTB

Líder: Deputado Bonifácio Mourão (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Luzia Ferreira (PPS), João Vítor Xavier (PRP), Cássio Soares (PRTB), Fred Costa (PHS) e Rômulo Viegas (PSDB)

BLOCO MINAS SEM CENSURA (23) – Bancadas do PT e PMDB e representações partidárias do PRB e PCdoB

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputados Gilberto Abramo (PRB), Ivair Nogueira (PMDB), Paulo Lamac (PT) e Ulysses Gomes (PT)

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL - BPS (17) - Bancada do PV e representações partidárias do PSL, PSB, PMN, PSC e PP

Líder: Deputado Tiago Ulisses (PV)

Vice-Líderes: Deputados Hely Tarquínio (PV), Antonio Lerin (PSB), Duilio de Castro (PMN) e Rômulo Veneroso (PV)

PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Deputado Sargento Rodrigues

Vice-Líder: Deputado Gustavo Perrella

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares (DEM)

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Antônio Júlio (PMDB)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Leonardo Moreira (PSDB), Neider Moreira (PPS), Dalmo Ribeiro Silva (PSDB), Deiró Marra (PR) e Luiz Henrique (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa
Deputado Délio Malheiros
Deputado Bonifácio Mourão
Deputado Neider Moreira
Deputado Rogério Correia
Deputado Ivair Nogueira
Deputado Fred Costa

BTR
BPS
BTR
BTR
MSC
MSC
BTR

Presidente
Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Valadares
Deputado Hely Tarquínio
Deputado Carlos Mosconi
Deputada Luzia Ferreira
Deputado Paulo Lamac
Deputado Bruno Siqueira

BTR
BPS
BTR
BTR
MSC
MSC



Deputado Sebastião Costa

BTR

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Almir Paraca	MSC	Presidente
Deputado Pompílio Canavez	MSC	Vice-Presidente
Deputada Liza Prado	BPS	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elismar Prado	MSC	
Deputado Paulo Lamac	MSC	
Deputado	BPS	
Deputado Anselmo José Domingos	BTR	
Deputado Neider Moreira	BTR	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Bruno Siqueira	MSC	Vice-Presidente
Deputado Cássio Soares	BTR	
Deputado Delvito Alves	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado André Quintão	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana	BTR	
Deputado Gilberto Abramo	MSC	
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Arlen Santiago	BTR	
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Délio Malheiros	BPS	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	MSC	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ulysses Gomes	MSC	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Doutor Wilson Batista	BPS	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Wilson Batista	BPS	Presidente
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	Vice-Presidente
Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Marques Abreu	BTR	
Deputado Elismar Prado	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio	BPS	
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputada Maria Tereza Lara	MSC	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputada Liza Prado	BPS	Vice-Presidente
Deputado Duílio de Castro	BPS	
Deputado Carlos Henrique	MSC	
Deputado Antônio Júlio	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	MSC	Presidente
Deputado Paulo Lamac	MSC	Vice-Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Antônio Genaro	BPS	
Deputado Delvito Alves	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara	MSC	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	
Deputado Duarte Bechir	BPS	
Deputado Célio Moreira	BTR	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	BTR	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlin Moura	MSC	



Deputado Paulo Lamac MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria Resende BTR
Deputado Deiró Marra BTR
Deputado João Vítor Xavier BTR
Deputada Maria Tereza Lara MSC
Deputado Celinho do Sinttrocel MSC

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu BTR Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite MSC Vice-Presidente
Deputado Fabiano Tolentino BTR
Deputado Adelmo Carneiro Leão MSC
Deputado Gustavo Perrella PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BTR
Deputado Bruno Siqueira MSC
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado André Quintão MSC
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BTR Presidente
Deputado Doutor Viana BTR Vice-Presidente
Deputado Romel Anísio BPS
Deputado João Vítor Xavier BTR
Deputado Antônio Júlio MSC
Deputado Ulysses Gomes BMC
Deputado Gustavo Perrella PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BTR
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Tiago Ulisses BPS
Deputado Cássio Soares BTR
Deputado Rogério Correia MSC
Deputado Ivair Nogueira BMC
Deputado Sargento Rodrigues PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira BTR Presidente
Deputado Duarte Bechir BPS Vice-Presidente
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Sávio Souza Cruz MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra BTR



Deputado Hely Tarquínio	BPS
Deputado Doutor Viana	BTR
Deputado Zé Maia	BTR
Deputado Ivair Nogueira	MSC

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	Presidente
Deputado Tiago Ulisses	BPS	Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Antônio Carlos Arantes	BPS	
Deputado Carlos Henrique	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes	MSC
Deputado Rômulo Veneroso	BPS
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR
Deputado Fábio Cherem	BPS
Deputado Antônio Júlio	MSC

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	MSC	Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	Vice-Presidente
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Carlin Moura	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC
Deputado João Leite	BTR
Deputado Sebastião Costa	BTR
Deputado Rômulo Veneroso	BPS
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BPS	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputado Doutor Viana	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado	BPS
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR
Deputado Bonifácio Mourão	BTR
Deputado Antônio Lerin	BPS
Deputado Rogério Correia	MSC

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir	BPS	Presidente
Deputada Ana Maria Resende	BTR	Vice-Presidente
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Gilberto Abramo	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BPS	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Bosco	BTR	
Deputada Luzia Ferreira	BTR	
Deputado Antônio Júlio	MSC	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi	BTR	Presidente
Deputado Hely Tarquínio	BPS	Vice-Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	BPS	
Deputado Neider Moreira	BTR	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana	BTR	
Deputado Tiago Ulisses	BPS	
Deputado Duílio de Castro	BPS	
Deputada Luzia Ferreira	BTR	
Deputado Almir Paraca	MSC	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite	BTR	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	MSC	Vice-Presidente
Deputado Zé Maia	BTR	
Deputado Cássio Soares	BTR	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira	BTR	
Deputado Durval Ângelo	MSC	
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis	BPS	Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	Vice-Presidente
Deputado Juninho Araújo	BPS	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	



Deputado Tadeu Martins Leite MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Duarte Bechir BPS
Deputado Sargento Rodrigues PDT
Deputado Antônio Genaro BPS
Deputado Celinho do Sinttrocel MSC
Deputado Sávio Souza Cruz MSC

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes MSC Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel MSC Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado Célio Moreira BTR
Deputado Anselmo José Domingos BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Henrique MSC
Deputado Carlin Moura MSC
Deputado Fábio Cherem BPS
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Deiró Marra BTR

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente Lúcio PDT Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva BTR Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas BTR
Deputado Vanderlei Miranda MSC
Deputado Ulysses Gomes MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Perrella PDT
Deputado Fred Costa BTR
Deputado Hélio Gomes BPS
Deputado Tadeu Martins Leite MSC
Deputado Pompílio Canavez MSC

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Hely Tarquínio BPS Presidente "ad hoc"
Deputado Doutor Viana BTR
Deputado Sebastião Costa BTR
Deputado Bonifácio Mourão BTR
Deputado Adalclever Lopes MSC
Deputado Paulo Lamac MSC
Deputado Romel Anízio BPS

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes BPS
Deputado Carlos Mosconi BTR
Deputado Fabiano Tolentino BTR
Deputado Dalmo Ribeiro Silva BTR
Deputado Antônio Júlio MSC



Deputado Rogério Correia
Deputado Rômulo Veneroso

MSC
BPS

Ouvidor Parlamentar: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO

- 1 - ATAS**
 - 1.1 - Reunião de Comissões
- 2 - ORDENS DO DIA**
 - 2.1 - Plenário
 - 2.2 - Comissões
- 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 3.1 - Comissões
- 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATAS

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 31/5/2011

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Sebastião Costa, Bruno Siqueira e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Duarte Bechir. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Rosângela Reis, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Deputado Celinho do Sintrocel em que solicita não seja incluído na pauta das reuniões desta Comissão o Projeto de Lei nº 77/2011; e do Deputado André Quintão em que justifica a sua ausência nesta reunião, em virtude de audiência pública e visitas programadas da Comissão de Participação Popular no Vale do Jequitinhonha. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.760, 1.763, 1.770, 1.771, 1.785, 1.792, 1.795, 1.797, 1.804, 1.806, 1.809, 1.827, 1.841, 1.845, 1.856, 1.866, 1.873, 1.887, 1.888, 1.893, 1.899, 1.903 e 1.908/2011 e Projetos de Lei Complementar nºs 10 e 13/2011 (Deputado André Quintão); 1.762, 1.767, 1.773, 1.784, 1.789, 1.800, 1.801, 1.805, 1.811, 1.813, 1.819, 1.825, 1.833, 1.851, 1.853, 1.854, 1.861, 1.864, 1.895, 1.896, 1.900, 1.904 e 1.909/2011 (Deputado Bruno Siqueira); 1.761, 1.764, 1.777, 1.781, 1.786, 1.794, 1.802, 1.803, 1.814, 1.821, 1.835, 1.847, 1.858, 1.860, 1.871, 1.878, 1.880, 1.889, 1.892, 1.894, 1.897, 1.914 e 1.915/2011 e Projeto de Lei Complementar nº 11/2011 (Deputado Cássio Soares); 1.769, 1.779, 1.782, 1.798, 1.812, 1.818, 1.826, 1.834, 1.837, 1.838, 1.840, 1.844, 1.857, 1.875, 1.881, 1.882, 1.905, 1.907 e 1.912/2011 (Deputado Delvito Alves); 1.772, 1.774, 1.790, 1.796, 1.799, 1.817, 1.823, 1.829, 1.830, 1.831, 1.832, 1.839, 1.848, 1.859, 1.865, 1.872, 1.874, 1.884, 1.885, 1.898 e 1.906/2011 (Deputado Luiz Henrique); 1.765, 1.775, 1.783, 1.787, 1.791, 1.793, 1.807, 1.815, 1.824, 1.836, 1.842, 1.843, 1.846, 1.850, 1.862, 1.863, 1.870, 1.891, 1.902 e 1.913/2011 (Deputada Rosângela Reis); 1.759, 1.776, 1.810, 1.849, 1.886, 1.911/2011 e redistribuído o Projeto de Lei nº 1.035/2011 (Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É aprovado requerimento da Deputada Rosângela Reis em que solicita seja alterada a ordem do dia para que os Projetos de Lei nºs 5.092 e 179/2011 e o Projeto de Lei Complementar nº 8/2011 sejam apreciados em último lugar desta fase. É rejeitado requerimento do Deputado Delvito Alves em que solicita seja retirado de pauta os Projetos de Lei nºs 1.034, 1.058, 1.070, 1.082, 1.116, 1.138, 1.229 e 1.248/2011. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.308/2011, este com a Emenda nº 1, e no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 853 e 873/2011, ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relatora: Deputada Rosângela Reis); em turno único, do Projeto de Lei nº 1.323/2011, este com a Emenda nº 1, e no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 426, 490 e 756/2011, os três últimos na forma do Substitutivo nº 1, 1.257/2011, este com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Rômulo Viegas, em virtude de redistribuição); 524/2011, 897 e 1.015/2011, os dois últimos na forma do Substitutivo nº 1, 1.024/2011, 1.034 e 1.119/2011, os dois últimos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Bruno Siqueira); e 1.759/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 103/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique); 114, 188, 108, 494, 1.116, 1.248/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, os três últimos em virtude de redistribuição); 405, 803, 1.070, 1.138 e 1.229/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis). São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Defesa Social o Projeto de Lei nº 8/2011, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag - o Projeto de Lei nº 1.369/2011, à Seplag e ao Prefeito Municipal de Botumirim o Projeto de Lei nº 1.375/2011 (relator: Deputado Rômulo Viegas, em virtude de redistribuição); às Secretarias de Estado de Saúde e de Desenvolvimento Social o Projeto de Lei nº 904/2011, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o Projeto de Lei nº



1.096/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis); à Seplag o Projeto de Lei nº 1.158/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); à Seplag e ao Prefeito Municipal de Luz o Projeto de Lei nº 1.438/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira, em virtude de redistribuição). O Projeto de Lei nº 417/2011 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Bruno Siqueira, aprovado pela Comissão. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.058 e 1.082/2011, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Sebastião Costa. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.379, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pela relatora, Deputada Rosângela Reis. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 8/2011, este com a Emenda nº 1, e do Projeto de Lei nº 179/2011, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa). O Presidente resolve a questão de ordem formulada pelo Deputado André Quintão em relação ao Projeto de Lei nº 5.092/2010, interpretando que o art. 173, § 5º, do Regimento Interno, não se aplica ao referido projeto. Sendo assim, não cabe a esta Presidência proceder ao desmembramento da referida matéria. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Sebastião Costa, em 1º turno, sobre o Projeto de Lei nº 5.092/2010 que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, são apresentadas a proposta de emenda nº 1 de autoria do Deputado Délio Malheiros e a nº 2 de autoria do Deputado Romeu Queiroz. Encerrada a discussão, o Presidente submete a votação o parecer, salvo propostas de emendas, que é aprovado. Após submete a votação as propostas de emendas, que são rejeitadas. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 301/2011 (relator: Deputado Rômulo Viegas, em virtude de redistribuição); 856, 983, 1.442/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); 1.446/2011, este com a Emenda nº 1, 1.479, 1.496, 1.498, 1.499/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira, os três últimos em virtude de redistribuição); 1.448, 1.466/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 1.318, 1.333, 1.334, 1.342, 1.345, 1.367, 1.377, 1.381, 1.387, 1.389, 1.391, 1.400, 1.444, 1.460, 1.467 e 1.470/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2011.

Sebastião Costa, Presidente - Bruno Siqueira - Cássio Soares - André Quintão - Rosângela Reis.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/6/2011

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Pompílio Canavez, Sebastião Costa, Elismar Prado e Gustavo Valadares (substituindo o Deputado João Leite, por indicação da Liderança do Bloco BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Pompílio Canavez, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Elismar Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 703, 755, 764 e 801/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Nesse momento, registra-se a presença dos Deputados Carlin Moura e Duarte Bechir. Retira-se o Deputado Elismar Prado. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos das Deputadas Luzia Ferreira em que solicita seja formulado com o Município de Divinópolis voto de congratulações por ocasião dos seus 99 anos, completados no dia 1º/6/2011; Liza Prado em que solicita a realização de reunião de audiência pública no Município de São Joaquim de Bicas para debater a implantação de uma estação de tratamento de esgoto nesse Município; em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Saúde para debater o uso do telefone celular, em face do alerta feito por cientistas de que o uso contínuo do celular é potencial causador de câncer; Rosângela Reis em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado Extraordinário de Gestão Metropolitana pedido de providências para que envie cópia do estudo técnico sobre a Região Metropolitana do Vale do Aço elaborado pela empresa Unileste; e dos Deputados Pompílio Canavez em que solicita seja encaminhado ao Departamento de Engenharia Elétrica da UFMG pedido de providências para realizar estudo técnico sobre as condições da rede elétrica no Município de Bandeira do Sul; seja realizada visita técnica à Aneel, em Brasília, para buscar esclarecimentos sobre o laudo pericial contendo as reais condições da rede elétrica em Bandeira do Sul; Paulo Lamac, emendado pela Deputada Liza Prado e pelo Deputado Sebastião Costa, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, para debater os projetos de acessibilidade à região conhecida como Vetor Sul, na divisa de Belo Horizonte com Nova Lima, por meio de ligação subterrânea do Bairro Mangabeiras, em Belo Horizonte, ao Município de Nova Lima, pela Serra do Curral, com a participação de representantes das Prefeituras Municipais de Nova Lima e Belo Horizonte; Almir Paraca em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater, no Distrito de Sagarana, no Município de Arinos, a integração dos órgãos e entidades dos governos estadual e federal nas ações e intervenções pelo desenvolvimento sustentável em curso na Bacia do Rio Urucuia, a instalação do Parlamento do Sertão e o funcionamento do consórcio dos Municípios das Bacias dos Rios Caririnha e Urucuia; e Rogério Correia, emendado pela Deputada Liza Prado, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública desta Comissão com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para esclarecer os problemas que impedem a expansão e a melhoria do metrô de Belo Horizonte. É adiada a votação do requerimento



do Deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para debater o projeto de emenda à Constituição que eleva de 22,5% para 26% o repasse obrigatório dos ativos de arrecadação tributária da União para o Fundo de Participação dos Municípios, a requerimento da Deputada Liza Prado, aprovado pela Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2011.

Almir Paraca, Presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/6/2011

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Abraão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Jorge André Periquito para o cargo de Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Geraldo Oliveira Silva para o cargo de Presidente da Fundação Educacional Caio Martins. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Ana Maria Pacheco para o cargo de Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Cel. PM Eduardo Mendes de Sousa para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Altino Rodrigues Neto para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Luiz Afonso Vaz de Oliveira para o cargo de Presidente da Fundação Rural Mineira. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 540/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itueta o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 541/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itueta o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 542/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itueta o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 594/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itueta o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.



Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 667/2011, do Governador do Estado, que altera o art. 1º e o Anexo da Lei nº 17.987, de 30/12/2008, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 874/2011, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frei Inocêncio o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 879/2011, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 8/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 257/2011, do Deputado Elismar Prado, e 466 e 505/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 971/2011, do Deputado Sávio Souza Cruz.

Requerimentos nºs 847/2011, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 873/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 875/2011, do Deputado Almir Paraca; e 881/2011, do Deputado Délio Malheiros.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 8/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 789/2011, dos Deputados Dinis Pinheiro, Délio Malheiros, Gustavo Corrêa, Luiz Henrique, Neilando Pimenta e Mauri Torres; 840/2011, do Deputado Duarte Bechir; 844/2011, do Deputado Ivair Nogueira; 877/2011, do Deputado Pompílio Canavez; e 880/2011, do Deputado Hélio Gomes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 8/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 997/2011, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 8/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:



No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4/2011, do Governador do Estado (sobre emendas); 89 e 369/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 450/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.065/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; e 1.111/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 8/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 657/2011, do Deputado Wander Borges.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 182/2011, do Deputado Elismar Prado e do Deputado Almir Paraca; 199/2011, do Deputado Elismar Prado; e 353/2011, do Deputado Fred Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 798/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 8/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.293 a 1.295/2011, do Deputado Paulo Guedes.

Requerimentos nºs 802/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 807/2011, do Deputado Neilando Pimenta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 8/6/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.498/2011, do Deputado Carlin Moura.

Requerimentos nºs 781/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 784 a 786/2011, do Deputado Elismar Prado; 799/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 876/2011, da Deputada Maria Tereza Lara; e 878/2011, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Júnia Guimarães Mourão Cioffi para o Cargo de Presidente da Hemominas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Doutor Viana, Doutor Wilson Batista e Luiz Carlos Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/6/2011, às 9h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2011.

Carlos Mosconi, Presidente “ad hoc”.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 19/2011

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Arantes, Cássio Soares, Fabiano Tolentino e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/6/2011, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2011.

Ivair Nogueira, Presidente “ad hoc”.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Marcos Affonso Ortiz Gomes para Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Almir Paraca, Duílio de Castro, Fabiano Tolentino e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/6/2011, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2011.

Célio Moreira, Presidente “ad hoc”.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Ricardo Afonso Raso para Diretor -Geral da Ademg

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Rosângela Reis e os Deputados João Vítor Xavier, Marques Abreu, Sargento Rodrigues e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/6/2011, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2011.

Rosângela Reis, Presidente “ad hoc”.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Ivonei Abade Brito para Diretor-Geral do Iter

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Arantes, Durval Ângelo, Luiz Henrique e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/6/2011, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2011.

Arlen Santiago, Presidente “ad hoc”.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Rúbio de Andrade para Diretor-Geral do Idene

Nos termos regimentais, convoco os Deputados André Quintão, Duarte Bechir, Luiz Henrique e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/6/2011, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2011.

Ana Maria Resende, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Antônio Carlos Tardeli para Diretor-Geral do Detel

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Anselmo José Domingos, Carlin Moura, Carlos Henrique e Gustavo Corrêa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/6/2011, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2011.

Rômulo Veneroso, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Antônio Genaro, Delvito Alves e Luiz Carlos Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 9/6/2011, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos n°s 705/2011, da Deputada Ana Maria Resende, e 753/2011, da Deputada Liza Prado, de receber denúncia de violação de direitos humanos ocorrida no Departamento Estadual de Trânsito - Detran-MG, bem como para ouvir servidores desse órgão, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Cláudia Lúcia Leal Werneck para Diretora-Geral do IGA**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Délio Malheiros, Gustavo Perrella, Rômulo Viegas e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/6/2011, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2011.

Sebastião Costa, Presidente "ad hoc".

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI N° 856/2011****Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável****Relatório**

De autoria do Deputado Inácio Franco, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Regional de Proteção Ambiental – Arpa –, com sede no Município de Pirapora.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei n° 856/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação Regional de Proteção Ambiental – Arpa –, com sede no Município de Pirapora, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como finalidades dotar o Grupo de Polícia Ambiental de Pirapora da logística necessária para o cumprimento de suas atividades relacionadas com a proteção da natureza, lutar contra a degradação do meio ambiente e desenvolver atividades de proteção e recuperação de biomas degradados ou ameaçados.

Com esses propósitos, a instituição investe em educação ambiental, especialmente em campanhas para a conscientização sobre o tema, e promove encontros, seminários, feiras e eventos similares.

Diante do relevante trabalho realizado pela Arpa em defesa da preservação da vida, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei n° 856/2011, em turno único.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2011.

Gustavo Corrêa, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI N° 983/2011**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do Deputado Neider Moreira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Beneficente de Contagem, com sede no Município de Contagem.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.



Fundamentação

O Projeto de Lei nº 983/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação Beneficente de Contagem, com sede nesse Município, fundada em 2005 como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e de caráter educacional, cultural e assistencial.

A instituição tem como objetivos a promoção da assistência social, da saúde e da educação, priorizando famílias carentes; a gestão de projetos sociais relacionados a crianças, jovens, idosos e pessoas com necessidades especiais; a integração de seus assistidos no mercado de trabalho; a divulgação da cultura e da defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; a preservação do meio ambiente e o incentivo ao desenvolvimento sustentável; e o fomento do desenvolvimento social e do combate à pobreza.

Diante do relevante trabalho realizado pela Associação Beneficente de Contagem, especialmente em prol dos que se encontram em situação de vulnerabilidade, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 983/2011, em turno único.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2011.

Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.293/2011

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria do Deputado Paulo Guedes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região de Furado do Peixe, com sede no Município de Porteirinha.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.293/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região de Furado do Peixe, com sede no Município de Porteirinha, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como propósito contribuir para a sustentabilidade do meio ambiente e para o desenvolvimento da região, bem como promover o bem-estar dos moradores e suas famílias.

A fim de alcançar suas finalidades, a instituição organiza a produção e cria mecanismos para facilitar a comercialização dos bens gerados pela agricultura familiar; realiza a aquisição conjunta de bens de consumo doméstico, insumos e equipamentos destinados à produção; promove a capacitação técnica de seus associados e implanta projetos comunitários para a geração de emprego e renda; presta assistência social e protege a saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice; defende a proteção do meio ambiente, a adoção de práticas de conservação dos recursos naturais e a utilização de tecnologias alternativas; combate a fome e a pobreza; atua em favor das pessoas com deficiência.

Tendo em vista o relevante trabalho realizado pela Associação para a consolidação da cidadania dos moradores da comunidade em que se localiza, consideramos justo que lhe seja outorgado o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.293/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2011.

Fabiano Tolentino, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.448/2011

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do Deputado Hely Tarquínio, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Sérgio Fonseca – Amigos do Esporte, com sede no Município de Nova Ponte.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.448/2011 pretende declarar de utilidade pública o Instituto Sérgio Fonseca – Amigos do Esporte, com sede no Município de Nova Ponte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo mobilizar e organizar os moradores locais por meio da prática desportiva em todos os seus níveis.

Com esse propósito, a entidade promove o desenvolvimento econômico sustentável e a defesa do meio ambiente; propicia às pessoas carentes, especialmente crianças e adolescentes, condições para a prática desportiva e a participação em competições; valoriza a educação e a família, criando condições para que os jovens se afastem da marginalidade, das drogas e da violência; combate a



pobreza e a desigualdade social; defende a universalização da educação, da saúde, do saneamento básico, da cultura e do lazer; presta assistência social; orienta sobre o direito à habitação e o adequado ordenamento urbano.

Diante do relevante trabalho desenvolvido pelo Instituto Sérgio Fonseca – Amigos do Esporte, consideramos meritória a proposta de lhe conceder o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.448/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2011.

Marques Abreu, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.466/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Onça e Cuba, com sede no Município de Cordisburgo.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.466/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Onça e Cuba, com sede no Município de Cordisburgo, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo defender os interesses e valores da comunidade e promover seu desenvolvimento econômico e social.

Com esses propósitos, a instituição incentiva o desenvolvimento da agricultura, atuando como elo entre as comunidades rural e urbana, em intercâmbio cultural e tecnológico; fomenta trabalhos comunitários e iniciativas que visem à melhoria do nível de vida e bem-estar da população local; zela pela saúde da comunidade; e luta por maiores benefícios para a região, especialmente pela melhoria das estradas e do meio ambiente.

Diante do relevante trabalho desenvolvido pela Associação dos Moradores do Onça e Cuba para a consolidação da cidadania dos moradores desse povoado, consideramos meritória a proposta de lhe conceder o título de utilidade pública.

Cabe ressaltar, por fim, a necessidade de se adequar a identificação da entidade no art. 1º do projeto em tela com a denominação prevista no art. 1º de seu estatuto constitutivo, razão pela qual apresentamos, no final deste parecer, a Emenda nº 1.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.466/2011, em turno único, com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Povoado do Onça e Cuba – Amoc –, com sede no Município de Cordisburgo.”.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2011.

Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.479/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório

De autoria do Deputado Fabiano Tolentino, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Loja Maçônica Marcius da Anunciação Dias nº 3.430, com sede no Município de Divinópolis.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.479/2011 pretende declarar de utilidade pública a Loja Maçônica Marcius da Anunciação Dias nº 3.430, com sede no Município de Divinópolis, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo a prática de atividades filantrópicas, particularmente voltadas para a assistência social às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Na consecução desse propósito, a instituição procura, no incentivo à paz e à harmonia, a consolidação da ética, dos direitos humanos, da cidadania, da democracia e da evolução sadia da humanidade. Ademais, apoia as iniciativas vinculadas ao implemento da educação e da cultura.

Diante do relevante trabalho desenvolvido pela Loja Maçônica Marcius da Anunciação Dias nº 3.430 para a consolidação da cidadania dos menos favorecidos, consideramos meritória a proposta de lhe conceder o título de utilidade pública.



Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.479/2011, em turno único.
Sala das Comissões, 7 de junho de 2011.
Luiz Carlos Miranda, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.496/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Cruzes – Amoc –, com sede no Município de Areado.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.496/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Cruzes – Amoc –, com sede no Município de Areado, fundada em 2006 como entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo promover o desenvolvimento social e econômico dessa comunidade.

Com esse propósito, a instituição congrega os habitantes do Bairro Cruzes na defesa de seus direitos e interesses e na busca de melhorias para a localidade, especialmente por meio de obras e serviços que solucionem seus problemas.

Diante do relevante trabalho desenvolvido pela Associação dos Moradores do Bairro Cruzes para a consolidação da cidadania de seus moradores, consideramos meritória a proposta de lhe conceder o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.496/2011, em turno único.
Sala das Comissões, 7 de junho de 2011.
Luiz Carlos Miranda, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.498/2011

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Carlin Moura, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a entidade Bangalô Cultural, com sede no Município de Contagem.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.498/2011 pretende declarar de utilidade pública a entidade Bangalô Cultural, com sede no Município de Contagem, fundada em 2009 como organização não governamental, sem fins lucrativos, de caráter comunitário, cultural, desportivo, educativo e promocional.

A instituição tem como propósito promover o esporte, o lazer e a cultura na comunidade em que atua; realizar oficinas de práticas esportivas, fotografia, filmagem, dança, teatro, malabares e outras práticas de entretenimento; incentivar debates sobre melhoria na condição de vida de seus associados e defender seus direitos e interesses; desenvolver programas que contribuam para afastar a juventude da violência e das drogas; orientar sobre a defesa do meio ambiente e a preservação do patrimônio público; estimular a prática do trabalho solidário e voluntário e a participação nos movimentos sociais.

Diante do relevante trabalho realizado pela entidade Bangalô Cultural, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.498/2011, em turno único, na forma apresentada.
Sala das Comissões, 7 de junho de 2011.
Elismar Prado, relator.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 953/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 953/2011, de autoria do Deputado Carlos Pimenta, que declara de utilidade pública a Associação dos Peões Boiadeiros de Mirabela, com sede nesse Município, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.



Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 953/2011

Declara de utilidade pública a Associação dos Peões Boiadeiros de Mirabela, com sede no Município de Mirabela.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Peões Boiadeiros de Mirabela, com sede no Município de Mirabela.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Gustavo Corrêa, relator - Luiz Henrique.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 1º/6/2011

O Deputado Carlos Henrique* - Boa tarde, nobres Deputados, Sras. Deputadas, Presidente, profissionais da imprensa, todos os que colaboram com nosso mandato, funcionários de gabinete, assessoria desta doura Casa Legislativa, que muito tem nos auxiliado, com tamanha competência, prestígio e paciência, principalmente os nossos assessores e os assessores das comissões de que faço parte, a Comissão de Minas e Energia e a comissão que agora me foi cedida e conferida, a Cipe Rio Doce. Quero, de pronto, agradecer a todos que têm colaborado, com disponibilidade para nos auxiliar.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, antes de ser eleito para esta Casa, quando exercia o meu terceiro mandato de Vereador na Câmara Municipal de Belo Horizonte, sempre estive atento às questões políticas de Minas, dos Estados federados e também à política internacional. Sempre ouvi e li que Minas Gerais é um dos Estados mais ricos da Federação. Tomei conhecimento também de que os esforços dos governos passados, em especial do governo Itamar Franco e do governo anterior, promoveram mudanças significativas em nossa estrutura governamental. O modelo de gestão aqui implementado, associado às políticas fiscais, elevaram a capacidade administrativa do Estado, possibilitando implementar o chamado choque de gestão, com o equilíbrio das receitas e das despesas. Como reflexo, possibilitou ao governo de Minas aumentar a sua capacidade de investimento, considerando o equacionamento da questão fiscal. Sem adentrarmos na seara técnica e nas controvérsias fiscais e políticas relacionadas a essa questão, devo apenas ressaltar que, conforme vislumbramos na mídia, Minas não estagnou, mas evoluiu conforme seu planejamento em vários segmentos, quer seja na agricultura, quer seja na produção de bens primários, passando pela indústria, que experimenta uma de suas melhores fases, reflexo da estabilidade econômica dos governos passados. Cito os governos Itamar Franco, Fernando Henrique e Lula.

Aprendi também, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que os valores mais caros de Minas Gerais são a liberdade e a democracia. E é pensando nisso que nos permitiremos, antes de falar sobre a condição de Minas, falar sobre os avanços políticos aqui ocorridos, em especial os que concernem a esta Casa. O nosso Parlamento é um dos mais preparados do País. Isso tem um custo que se justifica pela estrutura aqui desenvolvida e pelos inúmeros trabalhos executados que dela decorrem, tais como as audiências públicas, os cursos da Escola do Legislativo, o apoio às atividades culturais e sociais e as assessorias das comissões permanentes e temporárias - no início de meu discurso fiz questão de ressaltar a competência dessas assessorias. Essa estrutura permite um trabalho de qualidade, se comparado ao de países desenvolvidos.

Os valores mineiros pregam o bom-senso, a parcimônia, a perseverança e a honestidade na coisa pública. Minas é o coração do Brasil, pois em nosso Estado temos desde os traços mais típicos do desenvolvimento até o atraso de parte do Nordeste. Este é o nosso desafio como parlamentares: consolidar leis e fiscalizar o governo, no sentido da boa aplicação dos recursos, para minorar a disparidade inerente ao nosso Estado, espectro da realidade regional, e por que não dizer nacional? No Norte de Minas, nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, temos os óbices comparáveis aos do Nordeste brasileiro, com altos índices de analfabetismo, de pobreza e de mortalidade infantil, que poderiam ser minimizados, caso fosse sancionado o Projeto de Lei nº 9.440, que tramitava em Brasília, na Câmara dos Deputados, e estabelecia incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e da indústria automotiva. Infelizmente, ele foi vetado pela Presidente Dilma.

Na região do Campo das Vertentes, Zona da Mata e central mineira, temos instaladas nossas principais indústrias, corpo técnico, universidades e dinamismos econômicos. No Triângulo e Sul do Estado, temos a pujança da agricultura, indústria, riqueza de Minas, com suas termas, fontes minerais, indústrias aeronáuticas e grandes universidades.

Este meu relato é superficial, sobre a verdadeira realidade do Estado, que tem perseverado duramente na superação de suas diferenças regionais e locais. Se as conquistas dos governos passados são inúmeras, de outro lado vos digo que temos muito ainda a caminhar na seara do desenvolvimento, pois Minas é um Estado rico e composto, na maioria, de gente pobre, não obstante os esforços envidados.

Atualmente Minas Gerais tem renda “per capita” aproximada de R\$8.771,00, que, se comparada às economias desenvolvidas, feitas as correções devidas, está em torno de aproximadamente, ao câmbio de hoje, US\$4.000,00, ou seja, um salário mínimo norte-americano. Nossa população se aproxima de 20 milhões de habitantes. A renda média é de três salários mínimos na região central; de, no máximo, um salário mínimo no Norte e nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri; e, no geral, de três salários mínimos em todo o Estado, para o grosso da população e, por que não dizer, para nossos funcionários públicos.

Nossa escola, embora sempre em melhores condições, por tradição histórica tem bons índices educacionais, mas já muda seu ciclo de demanda, provocada pela alteração de nossa estrutura etária. O ensino fundamental, de competência dos Municípios, o médio e o



superior se veem orientados por novas demandas em razão da alteração etária de nossa pirâmide social. Nosso Estado, embora com bons níveis educacionais, se comparados a outros Estados da Federação, ainda tem muito que melhorar. Os salários dos professores e sua ausência por falta de incentivos criam, sob nosso ponto de vista, sérios obstáculos à continuidade do ciclo virtuoso em que nosso Estado se encontra. Digo isso porque o capital mais importante das economias avançadas é o capital humano preparado e qualificado tecnicamente. Nesse campo temos muito a avançar.

No campo da indústria, vemos que Minas Gerais tem experimentado inumeráveis avanços, em especial na indústria de exploração mineral. O importante não é a exportação de minérios, seus derivados e outros minerais, mas alçar a consolidação de um parque industrial avançado em todos os campos, em especial na indústria de alta tecnologia. Nesse quesito estamos, infelizmente, ainda atrás de São Paulo e do Rio de Janeiro. A nossa principal fonte de recursos, que advém da mineração, sofre as oscilações dos mercados externos e não constitui porto seguro ao desenvolvimento sustentado em nosso Estado - pelo menos essa é a minha opinião. O capital ecológico e as consequências dessa exploração hoje, no início de seu segundo ciclo de exploração, já que o primeiro foi a exploração em cima da terra, deixa marcas e prejuízos ambientais, o chamado passivo ambiental, incalculáveis ao cidadão e ao Estado, não obstante o avanço de nossa legislação estadual. As cidades mineiras com atividades mineradoras lutam por todos os meios para consolidar os chamados "royalties" dessas atividades.

A agricultura e a pecuária experimentam ciclos de crescimento e de controle ambiental que, muitas vezes, obstaculizam seus dinamismos econômicos e sua competitividade. Discutiu-se, a propósito disso, o novo Código Florestal, que tem como principal polêmica a diminuição ou não das áreas de preservação. E desde já quero manifestar minha preocupação com essa questão, que a todos interessa.

Creio que, nas propriedades antigas e novas, os critérios devem ser técnicos e não econômicos para assegurar-se a proteção ambiental.

A pecuária de pasto já não encontra respaldo no mundo moderno, por seu consumo exagerado de áreas de pastagens e, segundo os ecologistas, pela poluição que provoca. Tudo isso deve ser pensado por nós para que possamos conciliar o desenvolvimento econômico e social e a preservação do meio ambiente para as gerações futuras, consolidando em nosso Estado um desenvolvimento sustentado nesta área. A pecuária leiteira, um de nossos principais produtos de exportação, teve melhoradas suas condições de produção pelo asfaltamento de estradas, feito pelo governo do Estado. Isto afetou positivamente, não só a produção leiteira, mas também facilitou o escoamento de nossa produção rural para os mercados consumidores, trazendo divisas aos cofres públicos. No setor de serviços, os recursos em pesquisa, a instalação de polos regionais de tecnologias melhoraram as condições de qualificação e prestação de serviços de alta complexidade, tais como os médico-hospitalares, os aeronáuticos, os petroquímicos, os farmacêuticos etc.

No campo da saúde, a criação de hospitais regionais por parte do governo do Estado é muito alvissareira, mas também insuficiente, diante do que disse anteriormente, da ausência de pessoal e incentivo financeiro. Construir estruturas físicas meramente não resolve o problema da saúde, pois seu nó górdio, que é resolver um problema complexo de maneira simples e eficaz, está no atendimento demorado dos pacientes e erros de informação, provocados por um gerenciamento burocrático e falta de estruturas. Falta resolutividade nos casos de média e alta complexidade. Neste mesmo campo, a produção de medicamentos apresentou melhoras, mas ainda há muito o que discutir sobre uma política pública de distribuição de medicamentos de alto custo.

No campo do saneamento, os governos locais das prefeituras enfrentam sérios obstáculos. Só para se ter uma ideia disso, em Contagem, a rede de esgoto e água tratada compreende um percentual ainda inadequado, acompanhada por cidades como Ouro Preto, Mariana, Sabará etc.

Srs. Deputados, tinha muito ainda a falar em meu discurso. O tempo é muito curto, mas, na verdade, o objetivo era fazer um relato do crescimento, do desenvolvimento econômico do Estado, apontando, naturalmente, dificuldades, despertando aqui soluções para os diversos problemas que ainda persistem em nosso Estado, abordando temas de infraestrutura, desenvolvimento econômico, da área de saúde, de segurança pública e diversas outras situações sobre as quais precisamos nos debruçar muito.

Estou no meu primeiro discurso. Naturalmente, não poderia deixar de finalizá-lo, agradecendo a todos que confiaram a nós este primeiro mandato como Deputado Estadual. O meu agradecimento especial vai, naturalmente, para a instituição a qual pertenço, com muito orgulho e muito prazer, que é a Igreja Universal do Reino de Deus. Aos seus bispos, pastores, obreiros e membros registro aqui o meu profundo voto de agradecimento e o meu compromisso nesses quatro anos de promover políticas públicas voltadas para as pessoas desprestigiadas e menos valorizadas, aos pobres e desprestigiados deste Estado. Muito obrigado a todos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, meus colegas Deputados, meus colegas advogados e pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia, é obrigação de todos nós que estamos em cargo público ou exercendo algum mandato eletivo prestar contas dos nossos atos e do nosso trabalho no Parlamento. Sr. Presidente e meus colegas Deputados, falarei sobre alguns procedimentos e práticas políticas que adotamos nos 100 dias deste novo mandato que exercemos. Estamos no Parlamento, no segundo mandato, há 100 dias trabalhando nesta Casa.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, cumprimento a cidade de Conquista, que, coincidentemente, completa 100 anos de emancipação. Faço esse cumprimento aos moradores na pessoa da Sra. Vera Lúcia Guardieiro, Prefeita batalhadora, abnegada, que está à frente do Município de Conquista.

Sr. Presidente, no dia de hoje tivemos a notícia da ampliação do Aeroporto de Confins. Na verdade, é uma pequena maquiagem, pois aumentarão a pista em 600m. Precisamos cumprir o projeto original desse aeroporto duplicando suas instalações e instalando um aeroporto para receber aeronaves de porte como a A340, a A330 e até a A380. Não essa maquiagem que o governo federal faz no Aeroporto de Confins.

O Estado de Minas está ilhado por suas rodovias e, se continuar essa política do governo federal, ficaremos também ilhados nas aerovias, porque o aeroporto já está saturado e não tem como atender mais o crescimento da demanda. Conseguimos que o Tribunal



de Justiça instalasse ali o juizado especial para resolver os problemas dos conflitos do dia a dia que envolvam as empresas aéreas e os cidadãos. O Desembargador Cláudio Costa, Presidente do Tribunal de Justiça, determinou a instalação de uma vara especial para resolver esses conflitos e dirimir as questões que envolvam atritos permanentes em razão do desrespeito das empresas aéreas para aos passageiros.

Sr. Presidente, nesses 100 dias em que cumprimos o nosso segundo mandato, temos uma boa informação. Às vezes vêm na política apenas questões de menor importância e alguns casos de desvios de conduta. Aprovamos nesta Casa grandes leis. Digo a V. Exas. que recentemente entrou em vigor a Lei nº 19.487, oriunda de um projeto de nossa autoria, Deputado Adelmo Carneiro Leão, que obriga os supermercados a alertarem sobre os riscos do álcool líquido, um trabalho realizado junto à comunidade médica, ao hospital de pronto socorro, com o Dr. Carlos Eduardo, Chefe do setor de queimados. Diante de tantas crianças que são queimadas no dia a dia e de tanto sofrimento, sensibilizamos esta Casa e aprovamos a lei que obriga todos os estabelecimentos comerciais que comercializam o álcool líquido a mostrar à população os riscos desse produto, especialmente para as crianças. Portanto, a nova Lei nº 19.487 é uma realidade do nosso mundo jurídico. O projeto que deu origem a essa norma, a qual obriga os estabelecimentos a alertar os pais quando estes adquirirem álcool líquido, foi de nossa autoria.

Além disso, sensibilizamos o Governador do Estado a reduzir o ICMS do álcool em gel e aumentar o do líquido para que, cada vez mais, o álcool líquido seja menos utilizado pela população, porque é um produto realmente perigoso para a saúde e que tantos transtornos tem trazido à vida das crianças que são levadas ao pronto-socorro por terem sido queimadas.

Sr. Presidente, nesses 100 dias de nosso mandato percebemos também a realidade da chamada máfia dos radares, uma indústria de multas que a cada dia floresce mais no País. São empresas vocacionadas para o lucro fácil, que ludibriam Prefeitos de boa-fé, instalam radares e outros equipamentos que, na verdade, servem para arrecadar e não para evitar acidentes de trânsito. Constatamos isso em várias cidades deste Estado, denunciemos essa máfia dos radares e conseguimos que a Justiça cancelasse mais de 150 mil multas aplicadas ilegalmente.

Se o cidadão deve cumprir a lei e não pode ser tolerado quando exagera, o administrador público também deve ser rigorosamente punido quando se envolve com essa máfia dos radares. O rigor que devemos ter com quem comete uma infração de trânsito deve ser o mesmo com o administrador público que instala esses equipamentos apenas com o intuito de arrecadar.

Sr. Presidente, neste momento ou nestes 100 dias, falamos sobre o nosso trabalho nesta Casa em relação aos médicos, que também são vítimas dos planos de saúde. Se por um lado o plano de saúde explora o consumidor, por outro, ele torna também refém um médico que, às vezes, recebe R\$35,00 por 1 hora de consulta. Essa é uma situação intolerável, porque afeta o maior patrimônio do ser humano, a sua vida. Não pode um médico receber R\$35,00, R\$40,00 e, no máximo, R\$70,00 de um plano de saúde por uma consulta. Não é exagero algum dizer, Sr. Presidente, que certas especialidades desaparecerão, como é o caso do pediatra. Não é razoável que uma criança seja colocada sob a responsabilidade de um médico e este receba R\$30,00, R\$35,00 do seu plano de saúde. Os fisioterapeutas também têm recebido aproximadamente R\$12,00 por uma sessão. Isso é algo injusto, que toda a sociedade deve repudiar, não pode tolerar. Quando toleramos um médico receber um preço tão vil por uma consulta, percebemos que a medicina infelizmente, a cada dia, vai piorar mais ainda.

Em relação ainda à saúde, nestes 100 dias do nosso mandato, Sr. Presidente, assistimos à perda da qualidade dos serviços de um dos maiores patrimônios deste Estado, o Hospital das Clínicas, que está de pires na mão aguardando providências do governo federal para que lhe cheguem recursos. Aliás, ele já fechou vários setores. Este Deputado, modestamente, destinou R\$50.000,00, certa época, das suas emendas parlamentares para socorrer o setor de neurologia do Hospital das Clínicas - aliás, esse setor estava na UTI e teria fechado, porque não havia recursos para adquirirem sequer uma luva ou um microscópio. Num ato de generosidade, o Vice-Governador Alberto Pinto Coelho, juntamente com o Governador Anastasia, atendendo a nosso pedido, conseguiu uma verba de R\$200.000,00 para esse hospital, a fim de não fecharem um setor de extrema importância ali. É preciso que estejamos todos atentos, porque o Hospital das Clínicas praticamente é o que mais atende ao SUS em Minas Gerais, assim como a alta complexidade, portanto não pode estar na situação em que se encontra atualmente.

Sr. Presidente, quero dizer também que o governo do Estado, sensibilizado pelo clamor da região do Vale do Jequitinhonha, está realizando uma obra de enorme importância para todo o Estado, especialmente para a mencionada região. Refiro-me à obra que fará com que Capelinha seja ligada por asfalto a Itamarandiba e com que Itamarandiba também seja ligada por asfalto a Senador Modestino Gonçalves. Essa obra é de enorme importância, pois ligará Municípios de uma região importante deste Estado, fará com que pessoas transitem com mais tranquilidade por essa região que tanta importância tem hoje no cenário econômico de Minas Gerais. A região será atendida por uma via asfaltada e extremamente importante como é a Rodovia 214.

Portanto estamos cobrando do governo do Estado - aliás, tenho certeza de que será sensibilizado e colocará nas prioridades do Caminhos de Minas esse programa de governo - o asfaltamento imediato dessa estrada, interligando Itamarandiba e Capelinha, Itamarandiba e Senador Modestino Gonçalves. Isso fará com que pessoas que precisam deslocar-se até a Bahia utilizem esse trecho. Além disso, nós, mineiros, poderemos trafegar com enorme tranquilidade nas estradas estaduais asfaltadas. Sabemos que as estradas federais em Minas Gerais estão em petição de miséria. Contudo as estradas estaduais, por obra do Governador Anastasia, estão felizmente quase todas bem-conservadas. Por isso temos de nos congratular com essa posição do governo de desenvolver um projeto de interesse de todo o Estado, o Caminhos de Minas.

Sr. Presidente, gostaria também de externar a nossa preocupação em relação à situação da Polícia Civil. Hoje mais de 250 Municípios não contam com Delegados. Sabemos da dificuldade do Estado em prover esses cargos, em fazer concurso para que todas as comarcas, todas as cidades tenham um Delegado. Porém chamamos a atenção do governo. Em alguns casos, como o da minha cidade, Itamarandiba, a situação necessita de atenção especial. Recentemente, estudos realizados mostram que em outra região do Estado, como Além Paraíba, há um efetivo muito aquém daquele que o Município necessita. Um Município com 45 mil habitantes hoje está com uma defasagem de mais de 30 homens na Polícia Militar. Estamos precisando de Delegados na Polícia Civil, estamos precisando resolver questões no Detran. Portanto, creio que a Polícia Civil, com um concurso que está prestes a ser realizado, pode prover e



resolver, em definitivo, esse problema que afeta todo o Estado de Minas Gerais, que é a falta de Delegados. E, ao mesmo tempo, que também o Governador possa resolver a questão do salário dos Delegados, porque não é razoável que um Delegado ganhe um valor tão pequeno como o que está recebendo atualmente. Tenho certeza de que o Governador, sensibilizado com essa questão, dará o devido tratamento a essa matéria aqui, na Assembleia Legislativa e, assim, teremos tranquilidade em Minas Gerais. É disso que todos precisamos.

Por último, Sr. Presidente, gostaria de dizer que, por obra da amizade e também da generosidade de meus companheiros do Partido Verde - PV -, fui posto na condição de dirigente do PV em Belo Horizonte. Tenho certeza de que essa agremiação fará o melhor para o meio ambiente. Que o nosso PV, que tem na figura da Marina Silva a nossa maior referência, contribua para minimizar, em Belo Horizonte, os efeitos dessa poluição enorme causada pelos automóveis, bem como o crescimento desenfreado de algumas regiões de Belo Horizonte, especialmente no Portal Sul. Que o PV de Belo Horizonte, o nosso querido Partido Verde, contribua, na Câmara da Capital, onde conta com dois brilhantes Vereadores, Alberto Rodrigues e Leonardo Mattos, para a melhoria da nossa legislação municipal. Que nesta Casa, o PV também continue a dar essa grande contribuição ao governo Anastasia, para que ele implemente os grandes projetos estruturantes do nosso Estado, os projetos que vêm ao encontro dos anseios da população, a estabilidade jurídica do Estado, a estabilidade tributária no Estado. Que possa o Governador do Estado contar sempre com o apoio do PV nesta Casa! Portanto, Sr. Presidente, creio que nesses 100 dias procuramos, na Assembleia Legislativa de Minas, representar com dignidade os mais de 69 mil votos que tivemos para alcançar este mandato. Assim, estaremos atentos, como estivemos nesses 100 dias, a todos os interesses da coletividade, a todos os interesses dos consumidores de Minas Gerais. É nossa obrigação trabalhar com zelo no que diz respeito à probidade e à transparência do nosso mandato. E assim o faremos em todo esse período. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Jr.* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma pena que muitos que estão aqui hoje não estavam há 16 anos, quando criamos a TV Assembleia. Por que falo isso agora? Porque graças ao nosso Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, e à Mesa desta Casa, a TV Assembleia estará com sinal aberto.

Por falar no Deputado Dinis Pinheiro, não tive oportunidade, ontem, de parabenizá-lo, por ser o primeiro - como eu dizia ao Deputado João Leite - Presidente desta Casa que sobe numa tribuna depois de eleito. Olhem que já me encontro aqui há cinco mandatos, e nunca vimos, Deputado Adelmo Carneiro Leão, um Presidente do Legislativo subir na tribuna depois de eleito. Isso é inédito.

Os Presidentes sobem à tribuna para agradecer os votos no dia da eleição; depois, ficam nos gabinetes. Mas o Deputado Dinis Pinheiro mostrou que está fazendo uma política diferente; chegou a esta Casa para fazer um mandato bem aos moldes de seu eleitor, do eleitor de Ibirité.

Mas o que me traz a esta tribuna não são os 100 dias de prestação de contas, como fez o Deputado Délio Malheiros. Até poderia ser esse o assunto, mas o que me traz aqui é uma matéria da Ju no "Estado de Minas", o grande jornal dos mineiros, que me dá a oportunidade de esclarecer a esta Casa o porquê de tantos projetos inconstitucionais. Quem estava aqui na legislatura anterior sabe que, por meio da Unale, realizamos o primeiro encontro de Comissões de Constituição e Justiça do Brasil, com representantes de todas as Assembleias Legislativas, no Mato Grosso.

Por falar em Mato Grosso, no próximo domingo teremos América "versus" Internacional naquele Estado, porque, infelizmente, estamos sem estádio em Minas Gerais por causa da demora da Caixa. O Independência já deveria estar pronto para receber o Campeonato Brasileiro, mas a Caixa Econômica segurou, e estamos tendo de jogar no Mato Grosso.

Mas, voltando ao encontro das Comissões de Constituição e Justiça, naquela época constatamos uma distorção muito grande entre as Assembleias: o que é constitucional em São Paulo não é em Minas Gerais, e vice-versa. O primeiro exemplo que dou é a lei antifumo, que hoje é um sucesso em Minas Gerais. A mesma lei de São Paulo, do Sr. Serra, foi apresentada aqui por mim e pelo Deputado Gilberto Abramo, mas foi tida como inconstitucional. Para que o projeto tramitasse nesta Casa, tivemos de fazer várias mudanças, prevendo, por exemplo, a existência do "fumódromo". Hoje essa lei é constitucional, mas a de São Paulo, na visão de Minas Gerais e do resto do Brasil, é inconstitucional. Não dá para entender o que acontece na nossa Comissão de Constituição e Justiça. Esse é o primeiro exemplo para que o telespectador da TV Assembleia, os Deputados neste Plenário e a Comissão de Justiça entendam que precisamos entrar em sintonia com todas as Assembleias.

O segundo exemplo que dou é de um projeto apresentado nesta Casa no ano passado, para a execução do Hino Nacional antes das partidas de futebol. Hoje, em todos os jogos o Hino Nacional é executado, mas sabem por quê? Porque em todos os outros Estados, como São Paulo, lei estadual obriga os clubes e os estádios a executá-lo. Aqui em Minas, Srs. Deputados, a lei, constitucional em São Paulo, era inconstitucional.

Outra lei dada por inconstitucional isenta do pagamento da tarifa de transporte intermunicipal os portadores de doenças.

Há muito tempo, essa lei foi aprovada e sancionada no Estado do Rio de Janeiro pelo Garotinho, mas, aqui, na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, ela é inconstitucional. Sou jornalista e radialista da Fafi-BH e da Newton Paiva, mas o diploma de jornalista foi banido. Portanto, entramos com um projeto nesta Casa o qual exigia diploma de jornalismo para os concursos públicos no Estado de Minas Gerais. Pasmem, senhoras, senhores, Deputados e telespectadores. Aqui o projeto é inconstitucional. Salvo engano, a Deputado Luzia Ferreira - na época, Vereadora - entregou o mesmo projeto. Ela me disse: "Deputado Alencar da Silveira Jr., mande esse projeto para mim, que o apresentarei aqui, na Câmara Municipal". Resultado: o projeto foi sancionado e hoje é lei em Minas Gerais. É lei nos Estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro, mas aqui é inconstitucional.

Antes de conceder apertes aos nobres Deputados, gostaria de lembrá-los de que concedem desconto de 50% no IPVA para veículos de GNV, mas aqui é inconstitucional. No Rio de Janeiro, já é lei há muito tempo, com 75% de desconto; e em São Paulo, com 25% de desconto. O pior é que o carro a álcool aqui tem um desconto do IPVA, só que o carro "flex" tem de pagar o preço da gasolina sem o desconto do carro a álcool.

Lembramos, ainda, a gratuidade no serviço de estacionamento em "shopping". Andamos com esse projeto devagar, mas como é inconstitucional a cobrança de estacionamento em "shopping", acabaremos com isso. No Rio de Janeiro e em São Paulo, o



estacionamento é gratuito, sem direcionamento da responsabilidade para os veículos. Então, por que aqui é inconstitucional e lá é constitucional? Será que o povo de lá não merece essa gratuidade ou o “lobby” é muito forte?

Agora vamos recordar as sacolinhas. Estamos tentando reverter o que está acontecendo em Belo Horizonte. A população está pagando pelas sacolinhas, e possivelmente teremos dificuldades nessa questão. No entanto, tenho certeza de que esta Assembleia e estes Deputados farão com que a população receba essas sacolas gratuitamente nos moldes da Europa, onde as sacolas são gratuitas. Na verdade, ela foi gratuita durante um período - durante um ano - e, depois, passou a ser vendida. Porém, se a sacola estragar, a pessoa terá direito de buscar uma outra. Essa garantia é eterna, ou seja, precisa de comprar sacola apenas uma vez. Talvez pelo fato de os europeus serem mais espertos ou criativos do que nós, em cada sacola deles vem a marca da empresa. Por exemplo, o Supermercado Epa, do Presidente do Sindicato, dará as sacolas durante um ano e, depois desse período, começará a vendê-las. Caso a sacola estrague, ela não deverá ser jogada no lixo. As pessoas poderão ir ao supermercado pegar uma nova e deixar a velha lá.

Então, o que fazemos? Vamos lembrando esses projetos que são inconstitucionais. Percebo, então, que esta Casa precisa derrubar os pareceres de inconstitucionalidade, pois atendemos à população. Há um outro projeto de minha autoria que proíbe a cobrança de tarifa da Copasa quando a conta tiver sido cortada. Afinal, não é por safadeza que as pessoas deixam de pagar a conta da Copasa, mas, sim, porque elas não têm dinheiro.

Pasmem, senhores que não sabem ou que não tiveram ainda a conta cortada, mas, depois de 15 dias sem água, feito o pagamento e religada a água pela Copasa, são cobrados 30 dias. Você paga pelo período que ficou sem água na sua casa. Assim, nada mais justo do que fazer um projeto isentando esse período. Então, são projetos como esses.

Quero agradecer mais uma vez aos amigos do jornal “Estado de Minas”, que me deram a oportunidade de chegar aqui, ver e alertar esta Casa: estamos sendo mais realistas do que o rei. Bato sempre nesta tecla: o que deu certo em outros Estados pode dar certo em Minas Gerais; o que deu certo em outros países, com certeza, dará certo no Brasil.

Vamos comentar mais um aqui: o projeto sobre a obrigação da utilização do corta-pipas, contra o cerol que está acabando com os motoqueiros e que o Deputado Rogério Correia já proibiu nesta Casa, mas nem a polícia nem a Prefeitura tomam conta. Fizemos o projeto da antena corta-pipa, mas aqui foi inconstitucional. Nos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul foram constitucionais e viraram lei. Aqui a nossa Comissão de Justiça e a nossa assessoria decretaram a inconstitucionalidade.

Nossa Assembleia bate no peito e diz que é a melhor Assembleia do Brasil, mas precisamos começar a comungar em um todo. Assim, subo a esta tribuna hoje e proponho a esta Casa trazer uma grande discussão para um grande centro como Minas Gerais com a participação da nossa entidade maior, que é a União Nacional dos Legislativos Estaduais - Unale. Proponho falar com o nosso Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, e com a Mesa, para realizarmos aqui uma grande discussão sobre as Comissões de Constituição e Justiça de todo o Brasil. Vamos trazer todas as 27 Assembleias, para que tragam aqui seus Presidentes e seus funcionários, para que em Minas Gerais possamos dar rumo certo à Comissão de Constituição e Justiça.

A esta Casa fica um apelo: vamos trazer para o Plenário esses projetos. Quando a Casa começar a andar, Deputado Celinho, mostraremos que temos condição de votar os pareceres de inconstitucionalidade, pareceres já derrubados em outros Estados.

O Deputado Fred Costa (em aparte)* - Deputado Alencar da Silveira Jr., parabeno-o pelo pronunciamento e agradeço-lhe o aparte. Até pouco tempo atrás, pairava uma grande dúvida nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais em relação à supressão do vício de iniciativa. A partir disso, tivemos alguns projetos importantes discutidos nessas Casas tornando-se leis.

Há o entendimento do direito, e isso é legítimo, de defensores de teses majoritários e minoritários, e não é à toa que nos deparamos com a lide, que é o conflito de interesses. Nesse sentido, corroborando as palavras de V. Exa., nós, que somos legisladores, devemos procurar ter bom senso para privilegiar e fazer fomentar a discussão de bons projetos de lei.

V. Exa. citou alguns deles, como a questão de estacionamento em “shoppings”. Eu, particularmente, já fui cobrado nas ruas pelo fato de outras Capitais não mais praticarem a cobrança nos “shoppings centers”, que considero uma afronta ao consumidor. Lembro-me também de que, quando era Vereador na Câmara Municipal de Belo Horizonte, houve dois projetos de lei de minha autoria que receberam parecer contrário. Na Câmara Municipal de Belo Horizonte a denominação é Comissão de Legislação e Justiça. Posteriormente a isso, consegui derrubar os pareceres no Plenário, fiz os projetos tramitarem e hoje são leis e fazem parte dos nossos usos e costumes. Vocês se lembrarão: um deles foi sobre a polêmica relacionada à denominação da Avenida Senhora do Carmo ou Nossa Senhora do Carmo. Hoje é Nossa Senhora do Carmo, graças a uma lei de minha autoria. O outro projeto cria estacionamento preferencial para idosos. Se eu não tivesse insistido e feito tramitar em conformidade com o indicado pela Comissão de Legislação e Justiça daquela Casa, não teria prosperado. Parabeno-o pelo pronunciamento e pela iniciativa de importantes projetos de lei, como o que cria o fumódromo, que se tornou lei e referência para outros Estados, faz parte dos usos e costumes e interfere diretamente na qualidade de vida de todos os cidadãos. Parabéns pelos projetos de lei e por fomentar essa discussão na Casa.

O Deputado Alencar da Silveira Jr.* - Obrigado. Eu falava com o Deputado Tadeu Martins Leite que temos um projeto que dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular dentro das escolas estaduais. Em toda escola particular é proibido, e não fui eu quem inventou esse projeto, pois já é lei nos Estados de São Paulo e do Espírito Santo e em várias cidades.

O Deputado Bruno Siqueira (em aparte) - Deputado Alencar, parabeno V. Exa. pelo pronunciamento. Quando era Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, apresentei dois projetos municipais, que também são projetos estaduais de V. Exa. Um é relativo à lei antifumo, que não é de minha autoria, e outro, de minha autoria, obrigando os Secretários Municipais de Juiz de Fora a ter ficha limpa. Temos de nos aprofundar nesse tema que V. Exa. aborda hoje. Sou Vice-Presidente da Comissão de Justiça e preciso ter mais subsídios, como esses expostos por V. Exa., para que possamos debater e aprofundar, para que os projetos dos Deputados desta Casa passem pela Comissão de Justiça da melhor maneira possível. Porém, não adianta passar pelas comissões se os projetos não entram na pauta do Plenário para serem votados. Faço coro com o Deputado Sargento Rodrigues, para que possamos dar mais atenção aos projetos dos Deputados, desde que entrem na pauta, e os aprovemos no Plenário, projetos excepcionais como esses apresentados por V. Exa. e que foram aprovados nas legislaturas passadas. Parabéns.



O Deputado Alencar da Silveira Jr.* - Obrigado. Não terei tempo de conceder aparte ao Deputado Sebastião Costa, mas ele, como Presidente da Comissão de Justiça, tenho certeza, falará que estamos dentro da lei. Que o Deputado Sebastião Costa possa olhar um projeto. Tenho certeza de que atenderá, mesmo sabendo que nem sempre podemos fazer muitas coisas que o povo deseja. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 6/6/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Délio Malheiros

exonerando Afonso Maria da Silva Gusmão do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;
exonerando Fátima Lucrecia Martins Oliveira do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 4 horas;
exonerando Haroldo Mollinari Guerra do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;
exonerando José Antônio Mota Silveira Magalhães do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;
exonerando Mariana Henriques Pacheco do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;
exonerando Mariana Seabra Bernardino do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;
exonerando Natália Cunha Diniz do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;
exonerando Roberto Tolentino de Oliveira do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 4 horas;
nomeando Afonso Maria da Silva Gusmão para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
nomeando Fátima Lucrecia Martins Oliveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;
nomeando Haroldo Mollinari Guerra para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
nomeando José Antônio Mota Silveira Magalhães para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
nomeando Mariana Henriques Pacheco para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;
nomeando Mariana Seabra Bernardino para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
nomeando Natália Cunha Diniz para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Roberto Tolentino de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas.

Gabinete do Deputado Elismar Prado

exonerando Alexandre de Souza Nery do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Ricardo Luiz Mendonça de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Elpidio Gomes Braga do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando Geraldo Heleno de Castro Matos do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Conselho Consultivo da Mesa;

nomeando Elpidio Gomes Braga para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Jamila Ribeiro Silva para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Conselho Consultivo da Mesa;

nomeando Joice Alves Solano Vitor para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2011****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 37/2011**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 22/6/2011, às 14h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a contratação de empresa de engenharia para sondagem de solo.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório - GAPL - da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.



Belo Horizonte, 7 de junho de 2011.
Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

LEILÃO Nº 4/2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 27/6/2011, às 14h30min, leilão, tendo por finalidade a alienação de equipamentos gráficos.

O edital encontra-se à disposição dos interessados no "site" www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório – GAPL - da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar - BH - MG, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 7 de junho de 2011.
Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: A.A.A.A. Soluções Ecológicas Monte Verde Ltda. Objeto: prestação de serviços de controle, combate e extermínio de pragas urbanas. Objeto do aditamento: segunda prorrogação do CTO/160/2009, sem reajuste de preço, e aumento do objeto do contrato. Vigência: 12 meses a partir de 27/7/2011. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Petrobras Distribuidora S.A. Objeto: fornecimento de combustível automotivo. Vigência: 12 meses contados da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 27/2010 da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (adesão à Ata de Registro de Preços nº 2/2010). Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.